

ADENDO DE PLENÁRIO (ao PLN nº 28/2023)

.....

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Senadores, Deputados e Deputadas, o PPA 2024-2027, com 13,3 trilhões de reais para sua execução, com envio por parte do Governo, ficou conhecido como PPA participativo.

Houve uma designação por parte do Presidente Lula para a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo irem fazer o debate com a população nas 27 Unidades da Federação. Todos eles participaram das audiências presenciais. Além disso, houve uma massiva participação virtual e o retorno dos conselhos, que, no seu Fórum Interconselhos, debateram a peça orçamentária que veio aqui para o Congresso. A Comissão Mista de Orçamento já fez os seus debates aprofundando os três eixos principais que estão neste projeto do PPA.

O primeiro é o desenvolvimento social com diminuição das desigualdades. Precisamos tirar o Brasil do *Mapa da Fome* e dar condições de dignidade para a população brasileira.

O segundo é o desenvolvimento econômico, e esse aprofundamento na Comissão Mista de Orçamento nós fizemos com os Parlamentares, com as universidades, com a academia, com a sociedade civil, para que houvesse uma reindustrialização, e o próprio Vice-Presidente da República participou conosco desse debate no conceito da neointustrialização, uma industrialização com empregos mais qualificados, com uma geração descarbonizada e mais sustentável do ponto de vista da economia do Brasil.

E o terceiro diz respeito ao aspecto da democracia, à reconstrução do Estado soberano brasileiro.

Então, há uma missão colocada, dessa sustentabilidade, dessa reconstrução, com políticas públicas e o desenvolvimento adequado para o nosso País.

A inovação deste PPA, e é fundamental que se registre isso, é que ele tem indicadores em todas as suas áreas — enfrentamentos das alterações climáticas, redução das desigualdades, educação, saúde, neointustrialização, PAC, conjunto de políticas transversais —, para que, com esses indicadores, com metas, possamos também ter — e essa é outra inovação importante do PPA —, a cada ano, a avaliação e o monitoramento, por parte do Governo, com *sites* de transparência para a sociedade. Eu pude acolher, inclusive, emendas de colegas Parlamentares para aumentar esse grau de transparência. Poderemos ter uma avaliação a cada ano, e não depois de 4 anos, junto à CMO e ao Congresso Nacional, e a apresentação, até setembro, do cumprimento dessas metas anualmente avaliadas.

No meu entender, isso vai trazer uma garantia de integração, de fato, do PPA com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com os orçamentos anuais, e a avaliação e participação da sociedade.

Eu quero destacar que houve a presença da sociedade, do Parlamento, aprovamos já na Comissão Mista do Orçamento. E a errata que nós apresentamos é especificamente em relação a um ponto que nós colocamos como objetivo fundamental, que é a retomada da industrialização de *chips*, de semicondutores, na área de ciência e tecnologia. Ao incluirmos esse objetivo, era preciso que estivesse contemplada a nomenclatura correta dentro do relatório, que já foi, como disse o nosso Presidente, devidamente divulgado.

Nós temos várias propostas de Parlamentares que foram incluídas, que nós colocamos no Anexo B, nas metas do Item 7. Portanto, no Item 7, das metas, há um anexo que incorporou um conjunto de indicações que passaram por demandas de bancadas, de investimentos a serem realizados. Mas, obviamente, eles precisam também — e essa é a indicação — de recursos que as próprias bancadas poderão incluir para que essas obras possam ser efetivamente realizadas. Por isso, temos o Anexo B.

O destaque que foi feito aqui para a Emenda 38050001, sobre a expansão do Sarah, na área da saúde, apresentado por Senador e Deputado do Mato Grosso, nós não havíamos incluído, em função de não ter tido o requisito do critério que

nós havíamos adotado de emendas de bancada. Mas houve uma costura e uma articulação, inclusive com a participação dos Parlamentares.

Eu passo agora, Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso, a dar o meu parecer sobre esse destaque apresentado. "Aprovaremos o destaque à Emenda 38050001, nos valores de 60 milhões de reais para cada um dos exercícios, de 2025 a 2027, totalizando 180 milhões de reais, de acordo com os critérios utilizados no acolhimento dos investimentos do Anexo 7-B.

Solicitamos que a respectiva bancada inclua nos Orçamentos de 2025 a 2027 os recursos correspondentes para a compatibilidade entre as duas peças orçamentárias".

Então, eu passo a incluir e, obviamente, submeto à aprovação por parte deste Congresso Nacional.

O que eu quero destacar, Presidente, colegas Parlamentares, Senadores e Deputados, é que com a ideia, o conceito de ter um planejamento, algo integrado com as demais leis e algo com monitoramento e avaliação anual, com certeza, com a sociedade participando, vai haver uma democratização mais forte dessa peça que é tão importante para integrar o desenvolvimento do nosso País na missão que está colocada no Plano Plurianual.

Obrigado, Presidente.

.....